



**CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA
BIODIVERSIDADE PARA MELHORIA DA NUTRIÇÃO E DO
BEM-ESTAR HUMANO – Projeto BFN**

**Relatório da 4ª Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do
Projeto BFN**

ANTECEDENTES

Em 2004, durante a realização da sétima Conferência das Partes – COP7, da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, em Kuala Lumpur, na Malásia, a Bioversity International, organizou um evento paralelo com o objetivo de sensibilizar e chamar a atenção dos representantes dos países membros a respeito dos amplos benefícios da biodiversidade agrícola, das oportunidades e possibilidades que podem ser obtidas a partir dessa diversidade e da relação da biodiversidade com alimentação e nutrição. Além disso, mostrou a necessidade dos países em dedicarem mais esforços no combate à dieta simplificada, ao sobrepeso, à obesidade e suas consequências.

Nas últimas duas décadas, a Bioversity International tem realizado uma verdadeira cruzada em diferentes regiões do globo com vistas a demonstrar a importância do uso da biodiversidade nativa e do resgate de elos culturais perdidos ao longo do tempo, caso do uso de hortaliças, por exemplo. Uma das grandes preocupações existentes em âmbito mundial refere-se ao desafio de assegurar ao ser humano uma alimentação adequada e saudável, sem, entretanto, comprometer a sustentabilidade do planeta.

A Bioversity International tem colocado foco no uso e no manejo da biodiversidade agrícola, a chamada agrobiodiversidade. Visa, assim, contribuir para o desafio de melhorar a nutrição por meio de uma dieta mais diversificada, não apenas com a diversificação das culturas atualmente em uso, mas também pelo aumento da produtividade, manutenção e melhoria dos serviços ecossistêmicos, e aumento da capacidade de recuperação dos sistemas agrícolas e resistência frente às mudanças climáticas.

Em decorrência dos debates promovidos pela Bioversity International, a sétima Conferência das Partes, reconheceu formalmente a forte ligação existente entre a biodiversidade, a alimentação e a nutrição, bem como a necessidade de fomentar a utilização sustentável da biodiversidade como forma de contribuir para o combate à fome e a desnutrição.

Na oportunidade, a COP7 solicitou à Secretaria Executiva da CDB para que, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e a Bioversity International, aprofundasse estudos com vistas à criação de uma iniciativa transversal sobre biodiversidade para alimentação e nutrição.

Ainda em 2004, acompanhando os movimentos da CDB, a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura – CGRFA/FAO, também solicitou àquela organização para que realizasse uma avaliação da relação entre

biodiversidade e nutrição. Logo em seguida, em 2005, foram identificados, por meio do Grupo de Trabalho Técnico Intergovernamental sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, oito ações de alta prioridade e outras seis ações de menor prioridade.

Com base nas discussões desenvolvidas durante a COP7 e dos documentos elaborados pela Secretaria Executiva da CDB, a oitava Conferência das Partes, realizada em Curitiba, em março de 2006, fez uma análise dos documentos e, após uma série de debates, adotou, no âmbito do Programa de Agrobiodiversidade da Convenção, a Decisão VIII/23A, que se refere à Iniciativa Transversal sobre Biodiversidade para Alimentação e Nutrição.

Essa Iniciativa estabeleceu um novo perfil e deu um novo status a algumas atividades de pesquisa e desenvolvimento em andamento e, ao abordar a relação da segurança alimentar e nutricional com a biodiversidade como um aspecto central, motivou esforços no sentido de estabelecer e consolidar a ligação entre os setores de agricultura, saúde e meio ambiente. Esse avanço representou para a comunidade da nutrição um grande impulso em relação à integração da biodiversidade em ações de pesquisa, e no direcionamento de novos projetos, programas e iniciativas de nutrição.

A CGRFA/FAO, em sua 14ª sessão, realizada em 2013, reconheceu formalmente os nutrientes e as dietas, assim como os alimentos, como serviços ecossistêmicos, de forma a aumentar ainda mais a sensibilidade em relação à nutrição humana como uma preocupação para o setor ambiental, bem como a conscientização dos nutricionistas sobre a importância da biodiversidade. Ademais, a CGRFA solicitou a elaboração de orientações com vistas à integração da biodiversidade em todos os aspectos da nutrição, incluindo a educação nutricional, intervenções nutricionais, políticas e programas de nutrição.

Tais orientações foram oficialmente adotadas em 2015, por ocasião da realização da 15ª Sessão da CGRFA, e estão contribuindo fortemente para ajudar os países a integrar a biodiversidade em diferentes sectores em nível nacional e regional, assim como em políticas, programas e planos de ação, tudo com o objetivo de melhorar a nutrição.

A partir da Decisão VIII/23 da CDB, iniciaram-se entendimentos para o desenvolvimento de parceria para a implementação de ações junto ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF com vistas ao financiamento de projeto de ação transversal voltado à “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano”. Coube à Bioversity International a coordenação das ações para a organização de projeto para ser submetido ao GEF. O Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia foram convidados a integrarem essa

primeira fase de um projeto dessa natureza. O projeto foi finalmente aprovado em 2011 e lançado oficialmente em abril de 2012, durante o Congresso Mundial de Nutrição, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de representantes dos países partes, além do PNUMA e da FAO, na condição de agências implementadoras, e da Bioversity International, como coordenador internacional do projeto.

Ao envolver quatro países, o BFN torna-se um projeto audacioso e se constitui em uma importante modalidade de cooperação. É também inovador, na medida em que aborda, de forma transversal, a conservação da biodiversidade e sua integração com as áreas da saúde, educação, agricultura e desenvolvimento social, e também por evidenciar os avanços do Brasil ao integrar diferentes áreas na forma de políticas públicas.

O Projeto BFN visa fundamentalmente: a) a conservação da biodiversidade nativa; b) a promoção do uso sustentável dos seus componentes em programas que contribuam para melhorar a segurança alimentar e nutricional; c) a valorização da importância alimentícia e nutricional das espécies relacionadas à biodiversidade agrícola; d) o resgate do valor cultural desempenhado no passado por muitas dessas espécies; e) a ampliação do número de espécies nativas utilizadas atualmente em nossa alimentação; f) a mitigação dos problemas relacionados à dieta simplificada; g) o fortalecimento da conservação e do manejo sustentável da agrobiodiversidade, especialmente pela incorporação de ações de transversalidade em programas e estratégias de segurança e soberania alimentar e nutricional; e h) a criação de capacidades junto aos diferentes setores e nas diversas regiões do país, de modo que as informações e os conhecimentos sejam disseminados vertical e horizontalmente.

No Brasil, as atividades previstas no projeto são conduzidas tanto pelos órgãos do governo federal, no âmbito das iniciativas federais mencionadas a seguir, quanto pelas instituições parceiras, particularmente universidades e instituições de pesquisa, caso do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. No âmbito das universidades, parte das ações está sendo conduzida em parceria com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANEs, instituições federais de ensino superior parceiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Essa parceria está contribuindo diretamente para a condução das seguintes atividades:

a) Análise da composição nutricional (macro e micronutrientes) das espécies do grupo das alimentícias priorizadas na Iniciativa Plantas para o Futuro, bem como no PNPSB, ações conduzidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Este eixo prevê a criação de um Banco de Dados e a organização de informações

nesse Banco (Tabela de Composição de Alimentos e outros tipos de informações), de forma que as informações sobre a composição nutricional das principais espécies de valor econômico estejam disponíveis para consulta por parte da sociedade. Finalmente será organizado um livro com receitas dessas espécies priorizadas e para as quais serão desenvolvidas ações com vistas à promoção do uso.

b) Desenvolvimento de atividades de educação, de modo a incluir na dieta das escolas produtos regionais com maior qualidade nutricional. Essas atividades incorporam ainda a capacitação de merendeiras, nutricionistas, comunidade (melhoria do uso e modo de utilização dos alimentos), bem como ações para melhorar a percepção das comunidades sobre as possibilidades e oportunidades que podem ser obtidas com os alimentos locais e regionais. **Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN**

Reuniões anteriores:

A Primeira Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN ocorreu no dia 08 de fevereiro de 2013, no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília/DF. A abertura da reunião contou com as presenças do Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, do Diretor Nacional do Projeto, da Coordenadora Nacional do Projeto BFN e da Gerente Nacional do Projeto.

A Segunda Reunião foi realizada no dia 01 de setembro de 2014, também nas dependências do Ministério do Meio Ambiente. A solenidade de abertura da reunião contou com as presenças do Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, do Diretor Nacional do Projeto, da Coordenadora Nacional do Projeto BFN e da Gerente Nacional do Projeto. A reunião contou ainda com as presenças do Coordenador Internacional do Projeto - Danny Hunter, da Bioversity International e dos representantes do PNUMA - Marieta Sakalian e da FAO - Ruth Charrondiere.

Após a reunião foi realizada uma série de visitas a diversas instituições que mantêm parceria com o projeto, com destaque para: (i) Embrapa Hortaliças; (ii) Universidade Federal de Goiás, com ênfase para as atividades realizadas na Faculdade de Nutrição/Projeto Cecane e visita técnica a lideranças do Quilombo Pombal (Santa Rita do Novo Destino) e Flores Velha (Flores de Goiás); (iii) Visita ao Projeto Educando com Horta Escolar e Gastronomia, do CET/UnB, em Santo Antônio do Descoberto; e (iv) Visita ao Jardim Botânico de Brasília.

A Terceira Reunião aconteceu dia 08 de dezembro de 2015, no Ministério do Meio Ambiente. A abertura contou com a presença do Diretor do Departamento de Espécies - DESP, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas –

SBF/MMA, da Gerente de Conservação de Espécies, também do DESP (Marília M. G. Marini), do Diretor Nacional do Projeto, da Coordenadora Nacional (Daniela M. de O. Beltrame) e da Gerente Nacional (Camila N. S. Oliveira). A reunião contou com a presença de 35 participantes, que representaram as diversas instituições parceiras do projeto, bem como os representantes das universidades e instituições que contribuem com o BFN e com o desenvolvimento de atividades relativas à composição do valor nutricional das espécies priorizadas no projeto.

IV Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN

Abertura:

A Quarta Reunião do Comitê de Coordenação Nacional do Projeto BFN foi realizada neste último 28 de novembro de 2016, e ocorreu nas dependências do Ministério do Meio Ambiente, na 505 Norte. Na solenidade de abertura da reunião, estiveram presentes o Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA (José Pedro de Oliveira Costa), o Diretor de Departamento da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR (Mauro Pires) e o Diretor do Departamento de Espécies – DESP/SBF (Ugo E. Vercillo), além do Diretor Nacional do Projeto (Lidio Coradin), da Coordenadora Nacional do Projeto BFN (Daniela Moura de O. Beltrame) e da Gerente Nacional (Camila N. S. Oliveira), que integram a diretiva do projeto no Brasil.

A exemplo das reuniões anteriores, foi conduzido, uma vez mais, um amplo e intensivo trabalho para a organização da IV reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN no Brasil. A preocupação era organizar uma pauta que pudesse mostrar aos participantes os avanços logrados ao longo de 2016 (Anexo I) e garantir a presença dos representantes dos órgãos federais integrantes do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto, isto é: Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e SEDR, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do do Desenvolvimento Agrário - SEAD, Ministério da Saúde - MS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC. Estes órgãos federais conduzem uma série de políticas, programas e planos em âmbito nacional em temas relacionados aos objetivos do projeto, caso da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB; o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO; a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio e a AçãoPró-Orgânico.

Além desses órgãos, fez-se também um grande esforço para que a reunião pudesse contar com a presença de representantes das instituições parceiras do projeto, especialmente daquelas envolvidas diretamente na execução das atividades relativas à implementação dos objetivos traçados para o projeto em âmbito nacional, ou seja: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Universidade Presbiteriana Mackenzie; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Federal do Ceará – UFC; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Instituto Paulo Martins, de Belém, e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Representantes de outras instituições também se fizeram presentes, caso da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus de Botucatu).

A reunião contou com a presença de 33 participantes (Anexo II), que representaram as diversas iniciativas federais relacionadas à temática, na condição de parceiros integrantes do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto e também outras instituições parceiras do projeto, especialmente as universidades e instituições de pesquisa federais, as quais estão contribuindo com o BFN, com ênfase para as atividades relativas ao desenvolvimento de ações voltadas à composição do valor nutricional das espécies priorizadas no projeto. De acordo com a lista de presença, logrou-se grande êxito com a presença maciça dos representantes governamentais, assim como dos parceiros de universidades, da Embrapa, do INPA e de outras instituições de diferentes regiões do país (Figura 1).

A reunião contou também com a presença da consultora Mary Taylor, contratada pelo Bioersity International para a Revisão de Meio Termo -MTR (sigla em inglês) do Projeto BFN. Após a reunião do Comitê de Coordenação do Projeto BFN, em Brasília, a consultora esteve em visita à Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Nutrição, em Goiânia, e à Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Nesses locais, a consultora teve a oportunidade de acompanhar *in loco* algumas das atividades que estão sendo conduzidas pelo projeto, o que permitiu a ela ter uma visão bastante acurada da complexidade do projeto no Brasil e das ações em andamento nas várias regiões do país.

Logo na abertura, o **Diretor Nacional do Projeto BFN** procurou mostrar aos integrantes da mesa a forte parceria que foi criada pelo Projeto BFN e a ampla rede de instituições formada em torno do projeto. O Diretor Nacional chamou a atenção para a grande articulação nacional construída pelo Projeto, a aproximação com a Iniciativa Plantas para o Futuro, a articulação com os ministérios, a parceria com as iniciativas federais, com as universidades e com as diversas instituições governamentais e privadas nas diversas regiões do país.

Destacou que o Projeto BFN busca a melhoria e a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira, de forma a contribuir para melhorar

a percepção dos diferentes setores e da sociedade de um modo geral sobre a importância de valorizarmos a biodiversidade nativa e, ao mesmo tempo, ressaltar a riqueza das nossas espécies nativas, inclusive por meio de análises da composição nutricional de cada espécie. Nesse contexto, resalta-se os resultados das análises nutricionais conduzidas no âmbito do projeto, onde destacam-se os teores de vitamina “C” de muitas espécies nativas (jabuticaba, caju, mangaba e camu-camu), que são muito superiores às espécies de *Citrus*, por exemplo, tomadas sempre como referência; os teores de vitamina “A” do buriti, com o dobro dos valores mostrados para a cenoura; e ainda os teores de cálcio, onde espécies nativas mostram teores com mais de dez vezes àqueles conhecidos para espécies exóticas. Com esses avanços, o Projeto BFN procura chamar a atenção da sociedade para os perfis nutricionais das espécies nativas e as vantagens comparativas em relação às exóticas.

O Diretor do Projeto destacou também os avanços relativos à Iniciativa Plantas para o Futuro, que atualmente é apoiada pelo Projeto BFN, a qual vem identificando, priorizando e ressaltando o valor econômico e as potencialidades das espécies nativas dos diferentes grupos de uso. Assim, por meio das publicações que estão sendo organizadas a partir da criação desta iniciativa, estão sendo disseminadas informações sobre cada uma das espécies priorizadas. Procura-se, desta forma, promover e estimular um uso mais amplo dessas espécies, de modo a proporcionar uma maior diversificação das opções à disposição da sociedade, diversificando a dieta, ampliando a segurança alimentar e contribuindo para a conservação da biodiversidade. As informações que estão sendo disponibilizadas mostram claramente que é possível minimizar os efeitos da supervalorização das espécies exóticas em detrimento das nativas.

Lidio Coradin salientou também que, com base nessas informações, o Projeto BFN está trabalhando com as instituições parceiras para o lançamento de um livro de receitas. Farão parte do livro cerca de 70 espécies nativas das diferentes regiões do país, todas de potencial alimentício priorizadas pela Iniciativa Plantas para o Futuro. Serão disponibilizadas cerca de 350 receitas das cinco regiões do país. O livro conterá ainda informações nutricionais sobre cada uma das espécies objeto das receitas, além de dados nutricionais a respeito de cada uma das receitas. Dessa maneira o Projeto BFN visa levar a biodiversidade para dentro da cozinha dos brasileiros; mostrar as possibilidades e as oportunidades de uso e o que pode ser feito com a biodiversidade nativa. Essas preparações que vão fazer parte do livro serão fundamentais para melhorar a sensibilidade sobre o valor das espécies nativas sobre as nossas vidas; para o resgate de elos culturais perdidos no passado e que podem contribuir na diversificação da dieta do brasileiro e ainda para mostrar que por meio desse esforço estaremos também contribuindo para criar maior sensibilidade sobre a importância da manutenção da biodiversidade nativa.

Mostrou ainda que por meio de um decisivo apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações está sendo construído um Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade Brasileira. Esse banco será responsável por hospedar as informações sobre a composição nutricional das espécies da biodiversidade, de forma que a sociedade passará a dispor de informações confiáveis sobre um grande número de espécies da biodiversidade nativa que poderá fazer parte da sua dieta. Disse que a construção desse banco vem exigindo um enorme esforço da equipe do MCTI e do BFN e a expectativa é que seja um banco no nível dos melhores já implantados em âmbito mundial. Espera-se que esse Banco de Dados esteja em operação ao longo do segundo semestre de 2016.

O Diretor Nacional do Projeto BFN no Brasil avançou dizendo que o ano de 2016 constituiu-se em um ano de importantes realizações para o Projeto, com uma sólida parceria no âmbito da esplanada, bem como com uma consolidação das parcerias com as universidades integrantes do Projeto, bem como com instituições federais, acadêmico-científicas e também com setores não-governamental e empresarial. Para 2017, espera-se não apenas a manutenção, mas a ampliação dessas parcerias. Um dos desafios para este próximo ano é garantir que os avanços construídos pelo BFN tenham continuidade após o término do projeto. Para isso, será importante o engajamento de outros parceiros, tanto de caráter institucional quanto pessoal. Da mesma forma, será necessário aproximar ainda mais as iniciativas federais relacionadas à temática da alimentação e nutrição, de modo a trazer mais segurança no processo alimentar e nutricional no país.

Finalizou ressaltando que o BFN trabalha no sentido de que a biodiversidade possa permear a tomada de decisão no âmbito dos diferentes Ministérios, proporcionando melhorias na nutrição e no bem estar humano, abordando, inclusive, alguns dos problemas mais sensíveis para o país, a exemplo das carências nutricionais, da dieta simplificada, dos problemas trazidos pelos alimentos processados e ultraprocessados, do sobrepeso, da obesidade, além da pouca valorização às espécies nativas.

Ainda na abertura da reunião, **Mauro Pires, Diretor do Departamento de Extrativismo - DEX**, representando a SEDR, disse que o projeto, que está sendo coordenado pela SBF, tem uma forte participação da SEDR. De acordo com Mauro Pires, a SEDR pode ter uma atuação ainda maior, especialmente nos componentes 2 e 3 do projeto, ou seja, “estrutura política e regulatória (2) e conscientização e capacitação (3)”. Afirmou que a reunião é um momento importante para reafirmação do compromisso da secretaria e do Ministério do Meio Ambiente como um todo com a iniciativa, pois, como externado pelo Lidio, o Brasil tem uma imensa riqueza biológica, riqueza essa que precisa ser mais bem

aproveitada, de modo a traduzir essa situação em atividades de alimentação e nutrição, por exemplo.

O Diretor Mauro Pires reafirmou o interesse explícito da SEDR de continuar engajada nesse projeto, pois o BFN vai ao encontro de outras iniciativas desenvolvidas pela Secretaria, caso do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe, que tem eixo de inclusão produtiva e inclusão social. Muitas das atividades das comunidades extrativistas utilizam produtos da biodiversidade nativa. Outras iniciativas para as quais o projeto contribuiu são o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, que tem um eixo temático de sociobiodiversidade, alinhado com o BFN.

No encerramento da solenidade de abertura da IV Reunião do Comitê de Coordenação do Projeto BFN no Brasil, o **Secretário José Pedro de Oliveira Costa** saudou a todos os presentes, reportando-se especialmente à Mary Taylor, aos Diretores do MMA, Ugo Vercillo e Mauro Pires, e ao Diretor Nacional do Projeto BFN no Brasil, Lidio Coradin e ressaltou a relevância do Projeto BFN. Disse que o Diretor Mauro Pires já havia falado da importância que o MMA dá a esse trabalho conduzido pelo BFN, afirmando que, por parte do MMA, a iniciativa é prioridade. Ressaltou que as questões da alimentação, do conhecimento da biodiversidade e do desenvolvimento social estão todas interligadas e estão no centro das prioridades. Ao conhecer e divulgar o conhecimento sobre biodiversidade, temos também a obrigação de proteger a biodiversidade, o que casa com as preocupações aqui colocadas.

Informou que o Ministro tem objetivo de criar novas áreas protegidas. Antecipou que na próxima Conferência das Partes - COP 13, da Convenção sobre Diversidade Biológica deverão destacar a importância dos corredores ecológicos de conservação como importantes mecanismos para proteção da biodiversidade, que não está preso a um só país, mas sim continental e global. Além da nutrição e da alimentação, há toda uma parte cultural que sobrevive a partir dessa biodiversidade. Destacou a questão da cultura associada à biodiversidade nativa e que a gastronomia contribui para conhecermos melhor a biodiversidade e garantir a sua proteção. Considera de grande relevância trabalhar a alimentação voltada ao território. Entende que, pela importância para a nossa civilização, o patrimônio nacional deve ser fomentado. Adiantou que ultimamente diversos chefs de cozinha estão destacando a importância da valorização do território. Deixou claro aos participantes que o Secretário está à disposição para auxiliar no desenvolvimento desse trabalho e quer ser informado sobre os resultados da reunião e quer dar publicidade ao conhecimento gerado e trabalhos realizados. É importante verificar de que forma o MMA pode ajudar a disseminar e informar os resultados desse trabalho, em prol da

sociedade. Dentro da SBF há uma área responsável pela CBD, totalmente ligada ao BFN, que transcende às ações do MMA. Finalizou agradecendo a presença de todos, afirmando que a execução da CBD é uma das prioridades máximas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Antes de deixar o local da reunião, o Secretário fez questão de acompanhar a apresentação de cada um dos participantes.

Em seguida, e de acordo com a programação organizada para a reunião, foi realizada, por parte de **Daniela Moura de O. Beltrame, Coordenadora Nacional do Projeto**, a apresentação geral do Projeto BFN, oportunidade em que ressaltou e detalhou as principais realizações do Projeto ao longo de 2016, falando das parcerias e ressaltando todas as articulações e resultados logrados pelo projeto no período de 2012 a 2016.

A Coordenadora Nacional do Projeto aproveitou a oportunidade para comunicar e lembrar aos participantes a respeito da realização no Brasil da 6ª Reunião do Comitê Internacional de Coordenação do Projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano - BFN (International Steering Committee Meeting - ISC). Essa sexta e última reunião internacional do projeto será, em princípio, realizada em Manaus no segundo semestre de 2017, provavelmente no mês de novembro. Lembrou que, além das reuniões nacionais, o Projeto BFN realiza, sempre em um dos países integrantes do BFN, a Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. A primeira dessas reuniões foi realizada no Brasil, em abril de 2012, conjuntamente com o lançamento do Projeto BFN, e contou com ampla participação dos parceiros internacionais. A segunda reunião do ISC foi realizada em 2013, em Roma, na sede da Bioversity International, a terceira ocorreu no Sri Lanka, em 2014, a quarta reunião do ISC teve lugar em Nairobi, no Quênia, em 2015, e a quinta foi realizada recentemente na Turquia, no último mês de novembro de 2016. Essa reunião será realizada logo após a realização de um Simpósio a respeito da temática, que deverá ocorrer em Brasília em fins de novembro. A Coordenação Nacional do Projeto BFN no Brasil já está cuidando da logística relacionada a esses dois eventos.

Apresentação dos Órgãos Federais – Parceiras do Projeto BFN

Iniciativas Federais

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA

Apresentação: Hétel Leepkan dos Santos

A representante do MDSA iniciou sua apresentação por chamar a atenção dos presentes para a importância da publicação da Portaria MMA/MDS nº 163, de maio de 2016. De acordo com a Hétel, essa Portaria foi o grande avanço logrado em 2016, já que conforme reiteradas intervenções, havia sempre muitas

dúvidas sobre o que considerar como espécies da sociobiodiversidade. Agora, com a publicação dessa Portaria, não temos mais problemas para o tratamento deste tema. Agora essa pauta tem mais visibilidade, já que antes era invisível. A partir dessa Portaria, as compras podem focar em 64 produtos. Em 2015, foram somente 25, envolvendo recursos da ordem de 14.4 milhões. A preocupação é promover a segurança alimentar e a inclusão social.

Hétel informou que o MDSA está acompanhando as execuções do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o fortalecimento do PNAE e as compras institucionais (compras da agricultura familiar com dispensa de licitação por parte de órgãos do governo). Atualmente as aquisições estão sendo realizadas especialmente pelo Ministério da Educação – MEC, no âmbito das Universidades e Institutos Federais; pelo próprio MDSA e pelo Ministério da Defesa.

Hoje há um incentivo político e uma agenda voltada ao Desenvolvimento Social. Há um eixo de mercado voltado às compras públicas, no qual o governo é o maior comprador. É importante que o mercado acesse essas possibilidades. Antes havia uma planilha com todas as espécies, sem um recorte definido e sem qualquer segurança jurídica. Como pode ser verificado na apresentação, os produtos da sociobiodiversidade já fazem parte dessas compras públicas. Em momento de crise, é essencial usar o poder de compra dos órgãos públicos para garantir os ganhos dos agricultores familiares.

Vale ressaltar também o lançamento de portal para orientar as compras da agricultura familiar: www.comprasagriculturafamiliar.gov.br – Esse instrumento de informação é de grande importância para orientar as compras. A Meta do PPA para o período de 2016-2019 é ampliar as compras públicas da agricultura familiar para o montante de 2,5 bilhões de reais. Em 2015, foram 1,4 bilhões. O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem uma agenda organizada e pode definir se quer comprar de aldeamentos indígenas ou de comunidades locais.

O governo busca um maior monitoramento das compras públicas de produtos orgânicos e da sociobiodiversidade. Estão desenvolvendo proposta para fomentar as compras sustentáveis de alimentos (hoje os alimentos não constam entre os itens das “compras sustentáveis” de órgãos públicos). O MMA tem cadeira forte na questão das compras sustentáveis. O MDSA espera ter condições de conduzir uma melhor discussão dessa temática com o MMA.

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Programa de Garantia de Preços Mínimos da Biodiversidade – PGPM-Bio

Apresentação: Ianelli Sobral Loureiro

A CONAB é uma empresa pública ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. A CONAB trabalha diretamente na execução das políticas públicas.

No âmbito da sociobiodiversidade, em 2009 houve o desafio de reorganizar as políticas já existentes para dar foco à sociobiodiversidade. Daí surgiu o Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade - PGPM-Bio, com atuação forte do MMA. Começou com 4 produtos, que foram ampliados ao longo do tempo. Muitos destes produtos têm cadeias produtivas muito desestruturadas e a intenção é pagar preços justos aos extrativistas, ou seja, dar maior segurança aos preços na base. Nesse contexto, o desafio é levantar os preços mínimos justos de cada produto. Hoje, 15 produtos estão na PGPM-bio, destes, 11 são alimentícios. Muitas vezes os preços de mercado estão acima do preço mínimo e, nestes casos, a subvenção não precisa atuar. Entretanto, se o preço estiver menor, a Conab entra para suplementar o valor recebido.

A intenção é dar a devida segurança aos preços e gerar proteção ambiental. De um modo geral, quem está na base, quem coleta e quem colhe acaba ganhando muito pouco. Nesse contexto, estudos foram desenvolvidos com as quebradeiras de coco, de modo a verificar o dispêndio e a sobra. A única forma de manter as pessoas na atividade é dar a devida segurança.

A grande dificuldade é a promoção dos produtos e divulgação das políticas. Nesse sentido, é chave a atuação do BFN, de forma a aumentar a visibilidade dos produtos. A CONAB está fazendo painéis nos estados para divulgar e facilitar o acesso à política e identificar barreiras. Para tanto estão sendo utilizados materiais informativos. Em 2016, foi possível diversificar bastante os produtos.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Apresentação: Marisson de Melo Marinho

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é coordenado pelo MDSA e operado pela Conab. O PAA já alcançou todos os Estados da Federação, tendo já atingido 2700 municípios, ou seja, praticamente 50% dos municípios brasileiros. As regiões Centro-Oeste e Norte são aquelas que executam menos valores, mas apresentam grande potencial para crescimento a curto prazo.

Em 2012, o programa chegou a aplicar 4% dos recursos disponíveis em produtos da sociobiodiversidade, com valores da ordem de R\$ 5,86 milhões. Foi considerado o ano de maior execução, em que não houve incentivo específico para a

sociobiodiversidade. O PAA tem, portanto, potencial para avançar em mais municípios, dependendo da limitação do orçamento.

Ministério da Saúde -MS

Apresentação: Michele Lessa

Logo de início, a representante do Ministério da Saúde se referiu à Organização das Nações unidas – ONU, que estabeleceu recentemente a década de 2016 – 2025 como sendo a década da ação para nutrição. A ideia é não esvaziar esse processo. Muito pelo contrário, é dar força para que nesse período o mundo se beneficie do apoio da ONU. É, portanto, um momento importante e muito pertinente para o Projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição ganhar força e ainda maior visibilidade.

Na pauta nacional, o assunto relacionado à nutrição vem ganhando força e importância, tendo-se tornado nos últimos anos um tema muito forte e, mesmo nos momentos de crise, não sofreu maiores dificuldades. Ressalte-se que a desnutrição ainda persiste nas camadas mais pobres. Ademais, os índices de obesidade e de sobrepeso no Brasil são os que mais crescem no mundo. Os levantamentos realizados pelo MS mostram que 56,9% da população brasileira está com excesso de peso e 20,8% das pessoas acima de 18 anos já sofrem dos problemas de obesidade.

O Ministério da Saúde contribui com o PAA na promoção do consumo. A prioridade do Ministério é implementar as orientações do Guia Alimentar. Todos os eventos e estabelecimentos de venda de alimentos do Ministério têm que ter uma oferta mínima de frutas e hortaliças e não podem comprar ultraprocessados com recursos públicos. A Portaria MS nº 1274/2016 procura orientar na direção de que nos eventos sejam elaboradas refeições saudáveis. A preocupação é estender para todos os estabelecimentos do SUS a ideia da alimentação saudável. Nesse sentido, o Ministro já encaminhou Medida Provisória para a Casa Civil com vistas à implementação dessa nova orientação. Diversos estados já abriram frentes para isso, e 11 deles já avançaram com regulamentações sobre cantinas saudáveis em escolas.

O Guia Alimentar publicado pelo Ministério da Saúde tem sido muito elogiado e somente 4 países possuem abordagem de sustentabilidade nos guias alimentares, e o Brasil é um deles. O MS divulga no Facebook notícias e informações a respeito da alimentação saudável. Se houver interesse, o BFN e os aspectos da sociobiodiversidade também podem ser inseridos nesse processo. Vale lembrar que a alimentação saudável envolve o consumo regular de frutas, legumes e verduras, todos produzidos de forma sustentável. Vale lembrar que o Guia

Alimentar tem como regra de ouro - prefira alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados.

Os materiais para implementação do Guia e os materiais relacionados ao Programa Saúde na Escola – PSE são bem audaciosos e confrontam a questão de monoculturas e o uso de agrotóxicos. A ideia é evitar os produtos originados de monoculturas e dependentes de agrotóxicos, e procurar mostrar sempre de onde vêm os alimentos. Apesar dos avanços, muitas mudanças são ainda necessárias. Crianças com dois anos de idade já consomem refrigerantes cinco ou mais vezes por semana. Mais de 500 produtos não recomendados ainda estão sendo ofertados às crianças. Em 2017, a ideia é trabalhar o “Esplanada Saudável” junto com o “Esplanada Sustentável”.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - SEAD

Apresentação: Maria Duringer

A Secretaria está trabalhando com diversas iniciativas relacionadas à biodiversidade e alimentação, de modo a fortalecer as cadeias de produtos sustentáveis. A Secretaria procura atuar na relação dos produtores com o mercado.

O Congresso Brasileiro de Nutrição - CONBRAN 2016 abriu patrocínio apenas para empresas de alimentos que promovem uma alimentação saudável. No lugar de empresas multinacionais, a SEAD organizou espaço de comercialização e houve exposição e venda de produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade. A ideia é criar opções para quem quer comprar alimento de qualidade, verificar quem produz o alimento e as condições em que são produzidos.

Por meio de parceria com a GIZ, foram identificados empreendimentos da sociobiodiversidade na região Norte, onde verificou-se que a maioria estava em volta das capitais, e a identificação mostrou que a origem dos empreendimentos se referiam a extrativistas, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Foram também identificadas demandas por serviços. Como ação decorrente desse trabalho, buscou-se adequar o programa Mais Gestão, com assistência técnica e extensão rural, que são focados em Pessoa Jurídica, mas que não chegavam na Amazônia. Por meio dessa ação, conseguiu-se incluir cooperativas e associações, com a formação de corpo técnico voltado para os empreendimentos da Amazônia.

Maria Duringer informou que ao longo desse processo foram discutidas as possibilidades do desenvolvimento de várias parcerias, incluindo:

Parceria com Slow Food.

Parceria com CECANE-UFPA – As chamadas públicas não alcançam o Brasil inteiro. Para tanto, buscou-se alternativas para inclusão de produtos da agricultura familiar para o PNAE. A parceria visou trabalhar com 12 municípios no

nordeste Paraense, com o objetivo de fazer levantamento de ofertas de produtos que pudessem atender à demanda. Nesse sentido, foram desenvolvidas ações buscando criar maior sensibilidade para essa questão junto aos gestores, nutricionistas e merendeiras. Está sendo efetuado um acompanhamento para verificar até onde os resultados foram positivos. A equipe do BFN Brasil mencionou que seria interessante termos um relato mais detalhado sobre esse processo, bem como fotos para serem inseridas no curso online.

Selo da Agricultura Familiar.

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria do Extrativismo e do Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR

Apresentação: Renata Apoloni

No que se refere ao Componente 2, a Renata discorreu sobre as atividades da SEDR e destacou que a Secretaria trabalha em diversos grupos de estudo, com iniciativas já apresentadas pelos outros parceiros, buscando fortalecer a agenda da sociobiodiversidade nas políticas públicas e internamente no MMA. A Renata deixou claro que na SEDR não se dissociam povos e comunidades tradicionais, de agricultores familiares.

Já em relação ao Componente 3, a principal atuação diz respeito ao desenvolvimento dos cadernos técnicos de boas práticas do extrativismo sustentável orgânico. Estão em construção 21 cadernos de boas práticas para o extrativismo sustentável com espécies nativas, sendo que 15 envolvem alimentícias priorizadas pelo BFN. Tão logo esses cadernos estejam prontos, a SEDR irá às comunidades para divulgar e implementar ações de assistência técnica na ponta. Esses cadernos servirão, portanto, como base de apoio.

A SEDR considera importante incluir também o departamento de educação ambiental nessa temática. As espécies dos cadernos foram definidas ao longo de processos descontinuados entre a SEDR e o MAPA. Dessa forma, os resultados têm reflexo de vários momentos políticos e diferentes linhas de pensamento (primeiro as mais desenvolvidas e conhecidas, depois as menos, etc). Enfim, o processo, está em aberto, e a ideia é continuar desenvolvendo cartilhas para outras espécies.

Ministério da Educação

Fundo Nacional para o Desenvolvimento escolar – FNDE

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Apresentação: Maria Sinedes

A Sociobiodiversidade é um tema relativamente novo na alimentação escolar, e, portanto, muitas dúvidas ainda persistem. Levantou uma dúvida em relação à origem do produto de uma espécie da Portaria MMA/MDS nº 163, se é considerado sociobiodiversidade independente do local de origem? Por exemplo, a paçoca de amendoim comprada no supermercado é sociobiodiversidade? Lidio deixou claro que se refere a um produto derivado de uma das espécies da sociobiodiversidade.

Anteriormente, a lista da sociobiodiversidade não estava no sistema de prestação de contas do FNDE e isso dificultava a prestação de contas e identificação dessas espécies pelos municípios e levava a inconsistências (estavam em cardápios, mas não na prestação). Agora a lista já foi inserida no sistema e, para o ano de 2017, as prestações de conta já virão com um retrato mais fidedigno.

Os investimentos estão sendo da ordem de R\$ 3 bilhões/ano. Desse recurso, pelo menos 30% tem de ser aplicado em produtos obtidos da agricultura familiar. Obviamente, o montante adquirido da agricultura familiar pode alcançar até 100% do total. Existe um limite de 30% do recurso repassado pelo FNDE para a compra de itens restritos (ultraprocessados). Mesmo as compras com recursos próprios do município precisam ser justificadas. Existem itens que são proibidos, caso de refrigerantes, sucos de pó, etc.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Apresentação: Rogério Dias

O MAPA trabalha para a valorização dos produtos orgânicos e para que a extração seja efetuada de forma sustentável e que a remuneração seja justa. A preocupação é promover a valorização do produto, sem deixar que a exploração e manejo ocorram de forma descontrolada e que possam afetar negativamente a sobrevivência das espécies objeto do comércio.

No que tange à certificação orgânica de produtos do extrativismo, a legislação brasileira permite que sejam certificados produtos produzidos em sistemas orgânicos de produção, bem como também aqueles oriundos do extrativismo sustentável.

Com recursos financeiros do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira – Probio, foram trabalhadas 50 espécies, quando foi efetuado um ranqueamento da pressão sobre as espécies. Dessas, 30 foram consideradas prioritárias para o desenvolvimento de estudos. Nesse sentido, foram desenvolvidos cadernos de boas práticas, com base em estudos técnicos. Para isso foram utilizados conhecimentos acadêmicos e populares, inclusive para deixar claro o que é um manejo sustentável. Em decorrência desse trabalho, 9 cadernos já

foram publicados. A organização desses cadernos de boas práticas está sendo de responsabilidade do MAPA e do MMA.

Quanto à certificação orgânica, as certificadoras estão no Sul e Sudeste. Assim, o custo de certificação para as comunidades do Norte e Nordeste torna-se muito alto. Uma das formas de certificação é o sistema participativo de garantia. Já foi criado o Parque do Xingu, 100% indígena, e agora estão criando o dos Maués e o do Marajó, agregando valor aos produtos.

Já em relação ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, que é parte da PNAPO, o trabalho está sendo realizado em núcleos de agroecologia, de forma a prover assistência técnica dentro das Universidades. A finalidade é trabalhar com o corpo docente e discente das instituições, desenvolver tecnologias adequadas às regiões e promover trabalhos de extensão com comunidades locais. Foram criados diversos destes núcleos que hoje estão trabalhando com produtos da biodiversidade. Em uma parceria entre o MAPA, MDA, MCTI e MEC, está sendo organizado um novo edital.

O Rogério considerou que seria bastante pertinente uma busca dos trabalhos já realizados pelos núcleos de agroecologia, de modo a verificar quais têm a ver com o BFN e como o conhecimento gerado pelo BFN pode chegar a esses grupos. Com respeito ao apoio às redes de agroecologia, o Rogério informou que foi feita uma chamada de apoio às redes, com o objetivo de promover a organização e a troca de conhecimentos. Outro mapeamento que o MAPA pode fazer e utilizar como resultados do BFN.

Apresentação das instituições parceiras – diferentes regiões do país

Universidade Federal de Goiás – UFG

Faculdade de Nutrição

Apresentação: Raquel de Andrade Cardoso Santiago

A Professora Raquel iniciou a sua apresentação abordando o Disco Xepa do Slow Food, onde vários chefes de cozinha divulgaram as espécies utilizadas na preparação dos produtos. Isso pode ser considerado um significativo avanço para a valorização das espécies.

Durante a apresentação, a Professora Raquel mencionou várias dissertações que foram desenvolvidas no âmbito da parceria do Projeto BFN com Universidade Federal de Goiás, mais especificamente na Faculdade de Nutrição. A Professora Raquel destacou ainda a importância da parceria com o Projeto BFN para a formação de recursos humanos, que tem sido um sucesso em Goiás.

Nesse contexto, a professora Raquel destacou a dissertação da Priscila – desenvolvida com base nas diretrizes de escolas quilombolas do FNDE. A alimentação não aparece como uma das atividades para inserção da cultura quilombola nas escolas. Essa discussão foi levada para o âmbito do FNDE; e da dissertação da Natalia – voltada para a capacitação de boas práticas no processamento de polpas e sugestão de produção de polpas com frutos nativos encontrados na comunidade.

Em relação às preparações que estão sendo conduzidas com espécies nativas da Região Centro-Oeste priorizadas pelo BFN, a Professora Raquel destacou que os trabalhos estão bastante avançados, com vários pratos já considerados definitivos. Na Região Centro-Oeste estão sendo trabalhadas 27 espécies, conforme Tabela 1. Como já mencionado acima, todas essas preparações farão parte do livro de receitas em elaboração.

Tabela 1. Espécies alimentícias priorizadas pela Iniciativa Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste e submetidas a análise nutricional e que deverão compor o livro de receitas no âmbito do Projeto BFN

Nome Científico	Família	Nome Popular
<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart.	Arecaceae	Macaúba
<i>Anacardium humile</i> St. Hilaire	Anacardiaceae	Caju-do-cerrado
<i>Anacardium nanum</i> St. Hilaire	Anacardiaceae	Caju-do-cerrado
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae	Caju-do-cerrado
<i>Annona crassiflora</i> Mart.	Annonaceae	Araticum
<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc.	Arecaceae	Coquinho-azedo
<i>Byrsonima verbascifolia</i> (L.) DC.	Malpighiaceae	Murici
<i>Campomanesia adamantium</i> (Cambess.) O.Berg	Myrtaceae	Gabirola
<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess	Caryocaraceae	Pequi
<i>Dipteryx alata</i> Vog.	Fabaceae	Baru
<i>Eugenia dysenterica</i> (Mart.) DC.	Myrtaceae	Cagaita
<i>Eugenia klotzschiana</i> O. Berg	Myrtaceae	Pera-do-cerrado
<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	Jenipapo
<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Apocynaceae	Mangaba
<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne	Fabaceae	Jatobá
<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.	Arecaceae	Buriti
<i>Melothria pendula</i> L.	Cucurbitaceae	Mini-pepininho
<i>Passiflora cincinnata</i> Mast.	Passifloraceae	Maracujá-do-cerrado
<i>Passiflora setacea</i> D.C.	Passifloraceae	Maracujá-do-cerrado
<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Cactaceae	Ora-pro-nóbis
<i>Portulaca oleracea</i> L.	Portulacaceae	Beldroega
<i>Psidium guineense</i> Sw.	Myrtaceae	Araçá
<i>Sicana odorifera</i> (Vell.) Naudin	Cucurbitaceae	Croá
<i>Solanum paniculatum</i> L.	Solanaceae	Jurubeba
<i>Sterculia striata</i> A.St.-Hil. & Naudin	Malvaceae	Chichá
<i>Syagrus oleracea</i> (Mart.) Becc.	Arecaceae	Gueroba
<i>Talinum paniculatum</i> (Jacq.) Gaertn.	Portulacaceae	Major-gomes

Universidade Federal do Ceará

Apresentação: Adriana C. P. Siqueira

No relato efetuado pela Professora Adriana, ela se referiu ao componente 3 do BFN – quando informou que foram desenvolvidos três trabalhos de conclusão de curso – TCCs, que avaliaram a aceitação por escolares.

A Adriana Clara, por exemplo, desenvolveu cookies de pequi, a Átila, por sua vez, avançou com preparações de sequilhos de araruta e a Luanny elaborou preparação com arroz vermelho.

Desde 2013, a Universidade vem desenvolvendo, dentro da parceria com o Projeto BFN, e com apoio da Faculdade de Nutrição, a compilação de dados disponíveis em literatura, todos relativos ao valor nutricional das espécies. Foram consultados mais de 4 mil documentos, com aproveitamento de 80 trabalhos.

No que tange às preparações que estão sendo levadas a efeito na Região Nordeste, com a utilização de espécies nativas priorizadas para a região, Adriana ressaltou que as atividades estão em andamento e os pratos já estão sendo avaliados e testados pela equipe. Um dos pratos que merece destaque é o frango com molho de pitanga. Assim como nas outras regiões, está sendo montado um banco de fotos, as quais serão utilizadas para ilustrar o livro de receitas. Na Região Nordeste, a equipe está trabalhando com 10 espécies, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Espécies alimentícias priorizadas pela Iniciativa Plantas para o Futuro – Região Nordeste e submetidas a análise nutricional e que vão compor o livro de receitas no âmbito do Projeto BFN

Nome Científico	Família	Nome Popular
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae	Caju
<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Malpighiaceae	Murici
<i>Caryocar coriaceum</i> Wittm.	Caryocaraceae	Pequi
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Myrtaceae	Pitanga
<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	Jenipapo
<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Apocynaceae	Mangaba
<i>Platonia insignis</i> Mart.	Clusiaceae	Bacuri
<i>Psidium guineense</i> Sw.	Myrtaceae	Araçá
<i>Spondias mombin</i> L.*	Anacardiaceae	Cajá
<i>Spondias tuberosa</i> Arruda*	Anacardiaceae	Umbu

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Apresentação: Vanuska Lima

De acordo com o relato da Professora Vanuska, já foram selecionadas algumas preparações para serem inseridas na alimentação escolar, um trabalho que está sendo desenvolvido em parceria com o Fundo Nacional do Desenvolvimento

Escolar - FNDE. Há uma série de outras preparações que estão sendo consideradas para serem incluídas no setor de turismo e gastronomia.

A Professora Vanuska informou ainda que já houve a manifestação de algumas cooperativas, que se mostraram interessadas nesse trabalho e que, em contato com a equipe, estão buscando informações sobre as espécies, cujos frutos estão sendo utilizados para a preparação de receitas, de modo geral, inéditas. As cooperativas estão também interessadas em colaborar para o desenvolvimento de manuais de boas práticas para comercialização de polpas dos frutos, inclusive em outros Estados.

No que diz respeito às preparações, a Professora Vanuska se referiu ao trabalho que está sendo realizado na Universidade, no âmbito da parceria com o Projeto BFN. Lembrou que, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Iniciativa Plantas para o Futuro para a Região Sul, os trabalhos relativos às preparações estão focados em 16 espécies, todas nativas da Região Sul do país. De acordo com a Vanuska, os trabalhos estão evoluindo bem e já existe um banco de fotos dos pratos desenvolvidos com as espécies da região e que farão parte do livro de receitas. As espécies objeto do trabalho na Região Sul estão listadas na Tabela 3.

Tabela 3. Espécies alimentícias priorizadas pela Iniciativa Plantas para o Futuro – Região Sul e submetidas a análise nutricional e que vão compor o livro de receitas no âmbito do Projeto BFN

Nome Científico	Família	Nome Popular
<i>Acca sellowiana</i> (O.Berg) Burret	Myrtaceae	Goiaba-serrana
<i>Annona crassiflora</i> Mart.	Annonaceae	Araticum
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	Araucariaceae	Pinheiro-brasileiro
<i>Butia catarinensis</i> (Noblick & Lorenzi)	Arecaceae	Butiá-da-praia
<i>Butia eriospatha</i> (Mart. ex Drude) Becc.	Arecaceae	Butiá-da-serra
<i>Campomanesia xanthocarpa</i> (Mart.) O.Berg	Myrtaceae	Guabiroba
<i>Eugenia involucrata</i> DC.	Myrtaceae	Cerejeira-do-rio-grande
<i>Eugenia pyriformis</i> Cambess.	Myrtaceae	Uvaia
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Myrtaceae	Pitanga
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	Arecaceae	Juçara
<i>Opuntia elata</i> Salm-Dyck	Cactaceae	Arumbeva
<i>Passiflora actinia</i> Hook.	Passifloraceae	Maracujá-do-mato
<i>Physalis pubescens</i> L.	Solanaceae	Fisalis
<i>Plinia peruviana</i> (Poir.) Govaerts	Myrtaceae	Jabuticaba
<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	Myrtaceae	Araçá
<i>Vasconcellea quercifolia</i> A.St.-Hil.	Caricaceae	Jaracatiá

Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Universidade Presbiteriana – Mackenzie

Apresentação: Semiramis Martins Alvares Domene

De acordo com a apresentação da Professora Semiramis, os trabalhos relativos à Região Sudeste estão também avançando bastante bem. Muitas preparações já foram desenvolvidas e a equipe está bastante otimista com os resultados logrados até o presente. Muitos ingredientes já foram testados e alguns pratos já passaram por processo de degustação, caso da caponata, com ingrediente de jurubeba; vinagrete, com ingrediente de croá; a rabanada, com farinha de jatobá. Outras preparações estão também em processo de desenvolvimento, a exemplo de purê de taioba e salada de ora-pro-nóbis, assim como de abóbora e major Gomes com sementes de girassol. Todas as preparações estão sendo registradas por meio de fotografias, cujo trabalho está sendo executado por profissional especialista no assunto.

A Professora Semiramis adiantou que o rendimento de polpa de algumas espécies é bastante reduzido, caso da pitanga, por exemplo, que tem muitas sementes. Vale lembrar que os trabalhos na Região Sudeste estão sendo desenvolvidos em parceria entre a Unifesp e a Mackenzie. Para fins das preparações, as espécies priorizadas na Região Sudeste foram divididas entre as duas universidades. Vale lembrar que a Região Sudeste está trabalhando com 15 espécies, conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Espécies alimentícias priorizadas pela Iniciativa Plantas para o Futuro – Região Sudeste e submetidas a análise nutricional e que deverão compor o livro de receitas no âmbito do Projeto BFN

Nome Científico	Família	Nome Popular
<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess	Caryocaraceae	Pequi
<i>Eugenia uniflora</i> L.	Myrtaceae	Pitanga
<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	Jenipapo
<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Apocynaceae	Mangaba
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Fabaceae	Jatobá
<i>Melothria pendula</i> L.	Cucurbitaceae	Mini-pepininho
<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	Cactaceae	Ora-pro-nóbis
<i>Plinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Myrtaceae	Jabuticaba
<i>Portulaca oleracea</i> L.	Portulacaceae	Beldroega
<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	Myrtaceae	Araçá
<i>Sicana odorifera</i> (Vell.) Naudin	Cucurbitaceae	Croá
<i>Solanum paniculatum</i> L.	Solanaceae	Jurubeba
<i>Talinum paniculatum</i> (Jacq.) Gaertn.	Portulacaceae	Major-gomes
<i>Xanthosoma riedelianum</i> (Schott) Schott	Araceae	Mangarito

<i>Xanthosoma taioba</i> E.G.Gonç.	Araceae	Taioba
------------------------------------	---------	--------

Região Norte

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Instituto Paulo Martins

Apresentação: Jayme Aguiar

Em relação à Região Norte, as análises nutricionais estão sendo desenvolvidas por Jayme Aguiar, em laboratório do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, em Manaus. Os trabalhos foram bem conduzidos e já estão em sua etapa final para a maioria das espécies. As análises estão sendo realizadas para 19 espécies, todas com ocorrência na Região Amazônica, conforme Tabela 5.

Já no que se refere às preparações, estas estão sob responsabilidade do Instituto Paulo Martins, com sede em Belém do Pará.

Tabela 5. Espécies alimentícias priorizadas pela Iniciativa Plantas para o Futuro – Região Norte e submetidas a análise nutricional e que poderão compor o livro de receitas no âmbito do Projeto BFN

Nome Científico	Família	Nome Popular
<i>Astrocaryum aculeatum</i> G.Mey.	Arecaceae	Tucumã-açu
<i>Bactris gasipaes</i> Kunth	Arecaceae	Pupunha
<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	Lecythidaceae	Castanha-do-Brasil
<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Malpighiaceae	Murici
<i>Dioscorea trifida</i> L.f.	Araceae	Cará
<i>Eugenia stipitata</i> McVaugh	Myrtaceae	Araçá-boi
<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Arecaceae	Açaí
<i>Matisia cordata</i> Kunth	Malvaceae	Sapota
<i>Myrciaria dubia</i> (Kunth) McVaugh	Myrtaceae	Camu-camu
<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	Arecaceae	Bacaba
<i>Oenocarpus bataua</i> Mart.	Arecaceae	Patauá
<i>Oenocarpus distichus</i> Mart.	Arecaceae	Bacaba-de-leque
<i>Oenocarpus mapora</i> H.Karst.	Arecaceae	Bacabi
<i>Oenocarpus minor</i> Mart.	Arecaceae	Bacabinha
<i>Passiflora nitida</i> Kunth	Passifloraceae	Maracujá-do-mato
<i>Platonia insignis</i> Mart.	Clusiaceae	Bacuri
<i>Pouteria caimito</i> (Ruiz & Pav.) Radlk.	Sapotaceae	Abiu
<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K.Schum.	Malvaceae	Cupuaçu
<i>Victoria amazonica</i> (Poepp.) J.E.Sowerby	Nymphaeaceae	Vitória-régia

Empresa Brasileira e Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Embrapa Hortaliças

Apresentação: Neide Botrel

A apresentação da pesquisadora Neide abordou as atividades que estão sendo realizadas pela Embrapa Hortaliças em relação à conservação e à promoção do uso das hortaliças não convencionais, também conhecidas como hortaliças tradicionais. De acordo com a pesquisadora, esse trabalho envolve mais de 50 espécies do grupo das hortaliças, e envolve tanto espécies nativas quanto exóticas. Neide Botrel ressaltou a importância dessa parceria entre a Embrapa Hortaliças e o Projeto BFN, e enfatizou a relevância da continuidade dessa parceria para o fortalecimento dessas ações.

Projeto: Plantas Alimentícias de Uso Local no Brasil, Moçambique e Etiópia, com Enfoque na Alimentação Escolar

Apresentação: Bernardo Tomchinsky

A Segurança Alimentar e Nutricional diz respeito não apenas ao consumo diário de uma quantidade mínima de calorias, mas também ao acesso constante, em quantidade suficiente e qualidade de alimentos, nutrientes e vitaminas importantes para o desenvolvimento e manutenção das atividades fisiológicas do organismo.

No Brasil, se reconhece legalmente que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Apesar dos avanços no combate a insegurança alimentar em todo o mundo, com a redução de mais de 100 milhões em situação de fome na última década, o problema ainda persiste. Cerca de 805 milhões de pessoas ainda encontram-se nesta situação, ou seja, um em cada nove habitantes do planeta ainda passa fome.

Segundo o último relatório sobre segurança alimentar e nutricional mundial, o Brasil saiu do mapa mundial da fome, com a redução de metade da porcentagem de pessoas atingidas por esse flagelo, alcançando desta forma a meta número 1 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. Entretanto, no país, ainda existem cerca de 52 milhões de pessoas sem acesso diário à comida de qualidade e na quantidade satisfatória e, destes, sete milhões estão em situação de

insegurança alimentar grave, sofrendo nos últimos anos algum período de restrição na alimentação.

Pode-se considerar que as manifestações mais graves de insegurança alimentar são a fome e a desnutrição e, mais recentemente, a obesidade vem se destacando a ponto de ter-se tornado também um problema de saúde pública. Tem crescido em diferentes populações a incidência de outras doenças relacionadas à má alimentação, a exemplo da diabete, cáries, colesterol, e a pressão alta, que podem causar a morbidez, incapacidade de desenvolver atividades físicas ou até mesmo o óbito.

As causas da desnutrição são muitas e complexas, mas é fato que regiões menos desenvolvidas sofrem em maior intensidade com ela. Grande parte da África Subsaariana e regiões do Brasil, incluindo a região norte e os grandes centros urbanos, possuem bolsões onde a fome persiste como endêmica e os casos de desnutrição se caracterizam como uma epidemia.

Os avanços no combate à fome e pobreza no Brasil decorreram da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, com destaque para o lançamento da Estratégia Fome Zero, da criação de marcos legais, recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a institucionalização da política de SAN e implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola.

Entre os mais de 40 projetos articulados para o combate à fome no Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem grande destaque. Esse Programa promove o acesso de alimentos a parte da população em situação de insegurança alimentar e a promoção da inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A Lei do PAA garante que uma porcentagem mínima adquirida para compras institucionais (escolas, hospitais, restaurantes populares, bancos de alimentos e outras) e para formações de estoques estratégicos, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), seja adquirida de agricultores familiares locais.

Outro programa de destaque no combate à insegurança alimentar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem tido impacto significativo na redução da desnutrição de crianças no Brasil. Em 2013, 43 milhões de crianças receberam merenda nas escolas que frequentam. Além de contribuir com o desenvolvimento físico, intelectual e cognitivo das crianças beneficiadas com a alimentação escolar, é possível conferir que a alimentação escolar contribui para a redução a evasão das aulas.

Uma das principais estratégias utilizadas nestes programas de aquisição de alimentos e que permitiu a consolidação da compra diretamente dos produtores locais, se refere à transferência de recursos para escolas, municípios e estados, junto com a responsabilidade de construir os cardápios locais. As instituições tem responsabilidade de ter pessoal responsável por aspectos de preparo, conservação, armazenamento, nutrição e noção de mercado. Têm sido criadas novas ferramentas para ajudar as escolas na tomada de decisões para a compra dos alimentos, caso do site hortiescola.com.br da CEAGESP, mas o desconhecimento sobre o preparo, utilização ou o próprio acesso a alimentos tradicionais e locais dificulta o uso de uma maior quantidade de espécies.

O Brasil realizou grandes avanços na governança da segurança alimentar e por isso se tornou referência internacional no combate à fome. Atualmente, o Brasil é o sétimo maior doador mundial do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU. O escritório do PMA no Brasil deixou de fazer intervenções no país para o combate à fome como fazia em décadas anteriores e hoje montou o Centro de Excelência de Combate a Fome para divulgar as experiências bem sucedidas do Brasil para o resto do mundo.

Com o reconhecimento ao direito universal à alimentação através de marcos legais, o governo federal assumiu a responsabilidade de participar no combate à fome em todos os países com os quais mantém relações diplomáticas. O Itamaraty, por meio da Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome), articula projetos de cooperação internacional para auxiliar outros países a alcançar a meta de erradicação da fome, além de articular atividades de ação humanitária internacional e coordenar doações de alimentos para instituições internacionais, a exemplo do PMA.

Após dezenas de anos de iniciativas assistencialistas no continente africano, novos projetos tentam trabalhar com a segurança alimentar das populações a partir das capacidades produtivas locais. O PMA e a ONU têm testado novos modelos de aquisição local como o P4P (Purchase for Progress), onde os alimentos são comprados de produtores locais, estimulando também sua organização em associações e cooperativas e o desenvolvimento local. Ainda assim, a capacidade organizacional restringe este tipo de aquisição para alimentos perecíveis, caso de frutas e verduras, o que faz necessário o enriquecimento dos alimentos utilizados nestes programas com vitaminas e minerais.

O PAA Africa (Purchase from Africans for Africans) (www.paafrica.org) é um projeto inspirado no PAA brasileiro que desenvolve iniciativas piloto de aquisição de alimentos em regiões de cinco países no continente africano (Malawi, Moçambique, Senegal, Níger e Etiópia) a partir de uma parceria entre a FAO, PMA, CGFome (Itamaraty) e os governos destes países. O PAA Africa

segue a mesma lógica do PAA brasileiro com a aquisição de alimentos produzidos por produtores da região para a alimentação escolar.

O PRONAE é o programa de alimentação escolar do governo de Moçambique. Está sendo implementado com o apoio do governo brasileiro, por meio da ABC/Itamaraty e do FNDE/MINED. Seu objetivo é testar modelos de compras institucionais da produção local em escolas de Moçambique. Nesta fase, 12 escolas de cinco diferentes regiões de Moçambique estão participando deste projeto. Na província de Tete, o PRONAE atende as mesmas escolas que o projeto piloto do PAA-Africa, o que tem resultado em uma sinergia entre os dois programas. As nutricionistas do PRONAE têm trabalhado mais diretamente na formulação dos cardápios das escolas envolvidas, visando a menor dependência do uso de insumos de fora.

O modelo de cooperação Sul-Sul tem permitido a troca de experiências e tecnologias entre países com características sócio-ambientais mais semelhantes e abre a oportunidade de partilhar experiências bem sucedidas em cada país. Desta forma, projetos de segurança alimentar e agricultura são a maior área de atuação do Brasil neste tipo de cooperação.

Plantas alimentícias de Uso local

A maior parte do abastecimento alimentar mundial depende de um número limitado de espécies de plantas e animais. Cerca de 7.000 plantas (2,5% das espécies vegetais conhecidas) já foram utilizadas para o consumo humano e, destas, apenas uma dúzia contribui para mais de 75% das necessidades globais de calorias.

Apesar dos recentes estudos, o número total de espécies com uso alimentício no Brasil ainda é pouco conhecido. A estimativa é de que devem existir no país entre 2.000 e 10.000 espécies com potencial alimentício. No CEAGESP, o maior entreposto comercial da América Latina, existe o registro da comercialização de pouco mais de 300 espécies, incluindo hortaliças, frutíferas, condimentos e cereais ao longo do ano.

Não existe uma dieta ideal, mas se reconhece que respeitando os aspectos culturais de cada grupo, uma dieta variada e equilibrada pode fornecer uma quantidade mais segura de alimentos para a segurança alimentar de certa população.

A desnutrição pode ser resultado não apenas da falta de alimentação adequada, mas também do desconhecimento sobre os usos e potenciais da flora disponível. O uso das plantas não convencionais, ou “famine foods”, que não costumam contribuir em alta porcentagem na dieta das pessoas, mas que apresentam grande potencial na substituição e complementação de alimentos poucos nutritivos, pode ajudar na superação da insegurança alimentar em certas comunidades durante períodos críticos.

As plantas alimentícias não convencionais – PANC são, basicamente, aquelas que não compõem a alimentação corriqueira da maior parte da população de determinada região ou país, sendo geralmente produzidas ou extraídas em escala insuficiente para atender uma demanda de consumo maior ou, via de regra, totalmente desconhecidas como fontes de alimento. Dentre as poucas espécies de PANC, minimamente estudadas, muitas se revelaram nutritivas e nutraceuticas, atuando como complementos alimentares e alimentos funcionais, fornecendo especialmente micronutrientes e elementos-traço, raros e ou inexistentes nos alimentos convencionais. Já as plantas alimentícias tradicionais fazem referência a plantas com o uso disseminado apenas em determinadas regiões.

No continente africano, a FAO tem estimulado o desenvolvimento de trabalhos que abordem o uso de plantas tradicionais na alimentação humana como importante ferramenta no combate à fome e publicou importantes documentos para a África: “Traditional food plants” de 1988, que lista dezenas de espécies utilizadas em toda a África e descreve suas formas de uso e cultivo. Nesta publicação são descritas plantas existentes em Moçambique, mas o trabalho foi realizado em países vizinhos, o que dá espaço para trabalhar com estas plantas no país. Recentemente, a FAO resgatou este tema na “3rd International Conference on Neglected and Underutilized Species (NUS): for Food-Secure Africa” em 2013, que resultou na publicação “Indigenous Fruits & Vegetables of tropical Africa” que contém monografias sobre algumas espécies utilizadas no continente, mas sem a colaboração de pesquisadores moçambicanos. A FAO sinalizou neste encontro que pretende incentivar esta abordagem para combater a fome no continente africano.

RESULTADOS:

Durante a IV Reunião do Comitê Nacional de Coordenação foram realizadas 16 apresentações, sendo uma a respeito das atividades do Projeto BFN, oito apresentações dos órgãos do governo federal e sete das outras instituições parceiras, envolvendo universidades e outras instituições federais e estaduais. Por ocasião das muitas discussões que ocorreram ao longo do evento, ficou definido que o Simpósio Internacional para encerramento do Projeto BFN será realizado no Brasil neste segundo semestre de 2017. O evento está previsto para o mês de novembro, provavelmente nos dias 27 e 28. Foi definido também que o Simpósio será realizado na cidade de Brasília. A Embrapa, que realizou recentemente, em Campinas/São Paulo, o Workshop Nichos de Mercado, já acenou com a possibilidade de parceria para a organização desse evento.

Na reunião, foi também comunicado que a 6ª Reunião do Comitê Internacional de Coordenação do Projeto “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano” - BFN (International Steering Committee Meeting - ISC) será realizada no Brasil. Em

princípio, está sendo considerada a cidade de Manaus como uma das opções para a realização dessa reunião. Esse evento deverá ser realizado também no mês de novembro, provavelmente logo após a realização do Simpósio Internacional. Em termos de participação, estão previstos, além dos participantes brasileiros, tanto para o Simpósio quanto para a reunião do Comitê Internacional, representantes do Quênia, do Sri Lanka e da Turquia. A reunião contará ainda com a presença de representantes do PNUMA, da FAO e da Bioversity International.

Durante as apresentações, foram mostradas várias experiências das entidades participantes do projeto. Cada uma destacou suas ações, realizações e contribuições em conformidade com os princípios do projeto BFN. Da mesma forma, foram divulgados e compartilhados livros sobre o tema; sendo que alguns podem ser vistos online no site do BFN: <http://www.b4fn.org/>. Uma das coisas que impressiona e chama a atenção são os volumes de recursos voltados aos programas de aquisição de alimentos e de merenda escolar, bem como os programas de políticas de garantia de preços mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade.

Por ocasião das apresentações e discussões, ocorreram também alguns debates relacionados aos produtos da agrobiodiversidade e as espécies da sociobiodiversidade. Discussão semelhante ocorreu também em relação a alguns produtos processados que se utilizam dessas espécies, mas apresentam fragilidades em sua composição nutricional, caso, por exemplo, do uso excessivo de açúcar. Algumas experiências destacaram ações voltadas à formação de pessoas para uso de produtos da agrobiodiversidade, caso de cursos, exposições, eventos de degustação e etc. É importante a manutenção de esforços para aproximar, ao máximo, essas espécies da comunidade.

Ficou também bastante claro ao longo da reunião que o Projeto BFN deixará um grande legado. Neste contexto, vale registrar o grande destaque dado à aprovação e publicação da Portaria Interministerial MMA/MDS nº 163, que trata das “Espécies da Sociobiodiversidade de Valor Alimentício”. De acordo com a representante do MDSA, a Portaria é considerada um divisor de águas no tratamento das espécies nativas, e já é considerada uma referência nesse processo. De fato, essa Portaria representa a primeira política pública a listar oficialmente as espécies da biodiversidade nativa, ainda pouco conhecidas, negligenciadas e subutilizadas, as chamadas espécies da sociobiodiversidade. Está sendo uma oportunidade ímpar para chamar a atenção da sociedade sobre a importância da biodiversidade, especialmente para a saúde, na medida em que contribui para diversificar as espécies atualmente à disposição do povo brasileiro. A publicação dessa lista alcançará ainda maior repercussão a médio e longo prazo.

Na reunião, ficou também bastante clara a importância do apoio do Projeto BFN à Iniciativa Plantas para o Futuro, um outro legado de enorme

relevância, que terá também uma importância crucial na valorização da biodiversidade nativa. As publicações do Plantas para o Futuro estão alcançando enorme destaque em âmbito nacional. A primeira publicação relativa a essa iniciativa tem-se tornado um verdadeiro livro de referência no tema. Certamente, os livros que estão sendo elaborados para as outras regiões alcançarão, sem dúvida, repercussão semelhante. Essas publicações envolvem as espécies de plantas de uso atual ou potencial, os principais grupos de uso, e o que é de grande relevância, atingem todas as grandes regiões geopolíticas do país, e todos os segmentos da sociedade, com forte contribuição na formação de jovens estudantes.

Uma outra importante discussão ocorrida durante a reunião diz respeito aos trabalhos em andamento para a publicação do livro de receitas, que deverá se tornar um verdadeiro marco para chamar atenção da sociedade sobre o valor econômico das espécies da biodiversidade nativa. Esse livro, que será lançado ainda ao longo de 2017, possivelmente durante o Simpósio Internacional, dará ainda mais visibilidade às espécies do grupo das alimentícias priorizadas na Iniciativa Plantas para o Futuro. Além de disponibilizar informações sobre a composição nutricional de cada espécie, o livro trará de três a cinco receitas de cada uma das espécies priorizadas nas diferentes regiões do país. Será um resultado de enorme importância, já que o livro, seja na forma impressa ou eletrônica, deverá ter uma grande influência nos lares brasileiros, contribuindo não apenas para ajudar as famílias a diversificarem a alimentação, mas, também, para consolidar os propósitos do Projeto. Esses resultados todos já permitem afirmar que o Projeto BFN tornou-se o grande responsável em aproximar as regiões e as instituições e fazer com que a biodiversidade se torne esse elemento tão central nas decisões da esplanada, com clara demonstração da forte ligação com a alimentação e a nutrição.

As discussões mostraram ainda que o Projeto BFN exercerá enorme influência em impulsionar os chefs de cozinha para um uso mais generalizado e definitivo da rica biodiversidade brasileira, o que, por sua vez, irá contribuir para melhorar a percepção do brasileiro em relação à necessidade do país em avançar nas ações de conservação e proteção dessas espécies nativas. À medida que houver um aumento na demanda para produtos da biodiversidade nativa, certamente haverá também uma pressão para a oferta de novos produtos, estimulando a agricultura, especialmente o produtor, na produção de matéria prima dessas novas espécies. Outro componente importante nesse processo é que a entrada dessas novas espécies no sistema exigirá novas ações das instituições de pesquisa e desenvolvimento, bem como do setor empresarial, especialmente para a solução de gargalos que inibem a produção, o aumento de produtividade e a própria colocação desses novos produtos no mercado.

Por fim, é interessante destacar também as ações de comunicação e divulgação dos produtos, assim como as receitas e os benefícios para a saúde pelos

vários meios disponíveis. Nesse sentido, é fundamental o papel das instituições participantes, especialmente as de pesquisa, e a possibilidade de articulação junto aos atores que desenham o mercado, seja por meio de conhecimento e informação, seja por meio de políticas de apoio e fortalecimento do mercado em suas diversas frentes: produção, armazenamento, processamento, distribuição, pontos de venda, consumo, comunicação e diálogo com a comunidade. Ao final da reunião, ocorreram também alguns debates relativos aos próximos passos do projeto, bem como preocupação com sua continuidade e dos ideais a médio e longo prazo. Discutiu-se opções para a manutenção das muitas articulações que foram e estão sendo criadas com as diversas entidades participantes do Projeto. São muitas experiências exitosas, que devem ser mais bem conhecidas e expandidas em prol de uma alimentação mais adequada, saudável e sustentável, com benefícios socioambientais.

Lidio Coradin
Diretor Nacional do Projeto BFN

ANEXO I

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano – Projeto BFN

IV Reunião do Comitê Nacional de Coordenação

Data: 28 de novembro de 2016

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B - Sala CT-01 - 1º Andar

09h00- 09h30	Abertura do Diretor Nacional do Projeto BFN – Dr. Lidio Coradin; Secretário de Biodiversidade e Florestas – Dr. José Pedro de Oliveira Costa, SBF/MMA; Secretário Substituto de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Dr. Mauro Pires, SEDR/MMA
09h30-09h45	Apresentação dos Participantes
09h45-10h20	Apresentação sobre o Projeto BFN – Dr ^a . Daniela Beltrame, Coordenadora Nacional do Projeto
10h20-10h35	Coffee Break
10h35-10h55	Ministério da Saúde – MS / Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN – Sr ^a . Michele Lessa
10h55-11h15	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA / Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – Sr ^a . Hétel Santos
11h15-11h35	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD / Departamento de Coordenação de Diversificação Econômica, Apoio à Agricultura e Apoio à Comercialização – Sr ^a . Maria Lima e Sr ^a . Renata Leite
11h35-11h55	Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB / Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio – Sr. Marisson Marinho e Sr ^a . Ianelli Loureiro
11h55-12h15	Ministério do Meio Ambiente – MMA / Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR – Sr ^a . Renata Apoloni
12h15-14h00	Almoço
14h00-14h20	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA / Pró-Orgânico e Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO – Dr. Rogério Dias
14h20-14h40	Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE / Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Sr ^a . Maria Sinedes
14h40-15h00	Apresentação do projeto de parceria entre o BFN e Universidade Federal de Goiás – UFG – Prof ^a . Dr ^a . Raquel Santiago
15h00-15h30	Apresentação do projeto de parceria entre o BFN e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Prof ^a . Dr ^a . Veridiana de Rosso e Prof ^a . Dr ^a . Semiramis Domene; e Universidade Presbiteriana Mackenzie – Prof ^a . Dr ^a . Andrea Guerra

15h30-15h50	Apresentação do projeto de parceria entre o BFN e Universidades Federal e Estadual do Ceará – UFC – Prof ^a . Dr ^a . Adriana Siqueira
15h50-16h10	Apresentação do projeto de parceria entre o BFN e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Prof ^a . Dr ^a . Vanuska Lima.
16h10-16h25	Coffee Break
16h25-16h45	Apresentação do projeto de parceria entre o BFN e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA – Dr. Jaime Aguiar
16h45-17h00	Apresentação sobre a Iniciativa Plantas para o Futuro – Dr. Lidio Coradin, Diretor Nacional do Projeto BFN; Prof ^a . Dr ^a . Julceia Camillo, Universidade de Brasília – UnB
17h00-17h10	Apresentação Embrapa Hortaliças: Parceria com o Projeto BFN na conservação e promoção do uso de hortaliças nativas e espontâneas (naturalizadas) – Dr ^a . Neide Botrel, Embrapa Hortaliças
17h10-17h20	Apresentação Projeto Brasil-África e a parceria com o Projeto BFN – Sr. Bernardo Tomchinsky, Universidade Estadual Paulista – UNESP
17h20-17h50	Discussão sobre o planejamento para 2017: Oportunidades no âmbito das iniciativas parceiras, desafios e próximos passos
17h50-18h00	Considerações finais e encerramento

ANEXO II
IV REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE COORDENAÇÃO DO
PROJETO BFN

28 de Novembro de 2016

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
01	Adriana Camurça Pontes Siqueira	UFC	adriana.nutri@ig.com.br
02	Andrea Carvalheiro Guerra Matias	Universidade Presbiteriana Mackenzie	andrea.matias@mackenzie.br
03	Bernardo Tomchinsky	UNESP	btomchinsky@hotmail.com
04	Camila Neves Soares Oliveira	MMA/SBF	camila.oliveira@mma.gov.br
05	Cássia A. A. Buani	FNDE/PNAE	cassia.amaral@fnde.gov.br
06	Daniela Moura de O. Beltrame	Projeto BFN	dani.moura.oliveira@gmail.com
07	Eriberto Buchmann	SEAD (MDA)	eriberto.buchmann@consultor.mda.gov.br
08	Fernando Matsuura	Embrapa Produtos e Mercado	fernando.matsuura@embrapa.br
09	Francisco Regis Fereira Lopes	Embrapa Recursos Genéticos	francisco.regis@embrapa.br
10	Hétel Leepkaln dos Santos	MDS	hetel.santos@mds.gov.br
11	Ianelli Sobral Loureiro	Conab	ianelli.loureiro@conab.gov.br
12	Iracema F. Moura	MS	Iracema.moura@saude.gov.br
<u>13</u>	Jaime Aguiar	INPA	jaguiar@inpa.gov.br
<u>14</u>	José Pedro de Oliveira Costa	MMA/SBF	jose.pedro@mma.gov.br
<u>15</u>	Lidio Coradin	Projeto BFN	lidio.coradin@gmail.com

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
16	Maria Duringer Jacques de Lima	SEAD (MDA)	maria.duringer@mda.gov.br
17	Maria Sinedes (Sineide)	FNDE/PNAE	maria.neres@fnde.gov.br
18	Marisson de Melo Marinho	Conab	marisson.marinho@conab.gov.br
19	Mary Taylor	Consultora revisão de meio termo do Projeto BFN	maryt@oxalis.plus.com
20	Mauro Pires	MMA/SEDR	mauro.pires@mma.gov.br
21	Michele Lessa de Oliveira	MS	michele.lessa@saude.gov.br
22	Nathalia Dreyer	Funbio	nathalia.dreyer@funbio.org.br
23	Neide Botrel	Embrapa Hortaliças	neide.botrel@embrapa.br
24	Priscila Brochado Gomes	Embrapa Produtos e Mercado	priscila.brochado@embrapa.br
25	Raquel Andrade Cardoso Santiago	UFG	racsantiago@gmail.com
26	Renata Correa Apoloni	MMA/SEDR	renata.apoloni@mma.gov.br
27	Ricardo Elesbão Alves	Embrapa Agroindústria Tropical	ricardo.alves@embrapa.br
28	Rogério Dias	MAPA/Coagre	rogerio.dias@agricultura.gov.br
29	Semiramis Martins Alvares Domene	UNIFESP	semiramisdomene@gmail.com
30	Ugo Eichler Vercillo	MMA/SBF	ugo.vercillo@mma.gov.br
31	Vanuska Lima da Silva	UFRGS	vanuska.lima@ufrgs.br
32	Veridiana Vera de Rosso	UNIFESP	veriderosso@yahoo.com
33	Waleska Barbosa	MMA/ASCOM	Waleska.barbosa.terceirizada@mma.gov.br

FIGURA I

Discussões durante a realização da IV Reunião do Comitê de Coordenação Nacional
do Projeto BFN

28 de Novembro de 2016

